

# O TRABALHO DAS ESCAVAÇÕES: A MINA LITERÁRIA E A PRÁTICA DA LITERATURA NO PARÁ OITOCENTISTA

Thiago Gonçalves Souza  
Mestrando em Letras – Universidade Federal do Pará

Wanessa Regina Paiva da Silva  
Mestranda em Letras – Universidade Federal do Pará

Germana Maria de Araújo Sales  
Doutora em Letras – Universidade Federal do Pará

**Resumo:** O grupo literário chamado Mina Literária, criado por poetas e intelectuais paraenses em fins do século XIX, desenvolveu atividades que objetivavam recuperar as Letras paraenses do que diagnosticava como um desfalecimento, a partir do estímulo à produção e à publicação de livros por parte de seus membros, que encontravam dificuldades em fazer circular suas obras. Este trabalho propõe a compreensão desse grupo como sintomático da dinâmica de autonomização da literatura no Pará, ligada ao incremento do mecanismo comercial da economia amazônica da borracha, a qual cooptou para seus interesses o aparelho político e administrativo do Estado, divorciando-o das Letras.

**Palavras-chave:** Literatura brasileira paraense – Século XIX. Literatura paraense – Século XIX. Mina Literária – Grupo literário.

**Abstract:** The literary group called Mina Literária, created by poets and intellectuals of Pará in the late 19<sup>th</sup> century, developed activities which have as goal to recover the letters from what they saw as faintness, with the incentive to the production and publication of members' books, who have many difficulties to publish. This work purposes a comprehension of this group as an indication of the literary field's autonomization in Pará, Brazil, linked with the increase of commercial mechanisms in Amazonian caoutchouc's economy, which co-optated for its own interests the State's political and administrative machine, separating it from the literary practice.

**Keywords:** Pará Brazilian Literature – 19<sup>th</sup> Century. Pará Literature. Mina Literária – Literary Group.

Qualquer intento de recuperar a vida literária do Pará do século XIX não pode prescindir de considerar o significado do comércio da borracha para a região, tendo-se em vista toda a estrutura urbana, política e cultural erguida em torno da atividade econômica e daqueles que a conduziam: a construção e reconstrução de vários

elementos da cidade de Belém, capital do estado, que traduzissem em “elegância” e “sofisticação” o poderio econômico da classe dominante; o levantamento de templos à cultura da elite, como o Theatro da Paz, na capital paraense; o remanejamento da população pobre para a periferia crescente da cidade, que acolhia também os diversos imigrantes chegados à região atraídos pelo fausto econômico, além do desenvolvimento do comércio e da vida cultural com seus cafés à moda europeia. Enfim, uma ampla configuração social que abarca as dinâmicas de produção literária e que influencia profundamente – o que constitui nosso interesse no presente artigo – a configuração particular de uma cultura letrada e, por conseguinte, do campo literário. Assim, pretendemos analisar como as condições sociais, políticas e econômicas da época acabaram por pressionar as práticas intelectuais e artísticas no sentido da autonomização e da especialização, a partir do divórcio entre a figura do político e a do letrado, até então amalgamados na prática administrativa: o letrado, nas últimas décadas do século XIX, vai sendo expurgado do aparelho administrativo, voltado e planejado cada vez mais para a eficiência comercial, conhecendo assim a necessidade de fundamentar sua existência social na própria prática literária, e não mais em um prestígio ou função políticos. Abordaremos essa dinâmica observando a Mina Literária, agremiação de escritores e intelectuais fundada em Belém na última década do século XIX, e sua inserção nas dinâmicas da vida social da capital em sua **Belle Époque**.

Considerando que, como afirma Bourdieu, “[...] o campo intelectual [...] por maior que seja sua autonomia [...] é determinado em sua estrutura e em sua função pela posição que ocupa no interior do campo de poder” (BOURDIEU, 2005, p. 190), torna-se preciso, primeiramente, apresentar a configuração do campo de poder na Belém do ciclo da borracha para, em seguida, empreender o estudo do produtor intelectual em sua relação com este campo, ressaltando, aqui, dois aspectos: a configuração política da classe economicamente dominante e suas práticas culturais. A articulação desses dois planos, o econômico-político e o cultural-artístico, justifica a atenção dispensada ao primeiro (que poderá parecer, à primeira vista, um tanto demasiada), de modo que alcancemos a inserção do fenômeno cultural dentro das condições amplas e complexas da vida social que o engloba.

A consolidação da atividade extrativa do látex, cujo apogeu teria ocorrido entre os anos de 1880 e 1910, segundo Weinstein (1993), precisou superar as atividades econômicas até então tradicionais na região, principalmente a produção agrícola, o que resultou em um conflito inicial entre os grandes proprietários de terras e os que iniciavam uma atividade que se baseava quase que exclusivamente na extração, e não no cultivo. Afora este primeiro “obstáculo”, estes últimos precisariam ainda contornar outro estrato social dominante: o dos comerciantes portugueses. Portanto, observa-se que a economia da borracha demandou uma reordenação dos elementos participantes do poder econômico.

Na década de 1850, quando pela primeira vez a borracha firmou sua supremacia no comércio regional, apenas um pequeno setor da classe de proprietários, no estado do Pará, tinha como base econômica a economia extrativa. Além disso, o maior grupo dentro desse setor era a comunidade mercantil predominantemente portuguesa [...] (WEINSTEIN, 1993, p. 56).

A hostilidade inicial da elite tradicional de proprietários e de comerciantes justificava-se por conta das alterações que se insinuavam na configuração do campo de poder, com a inserção de novos elementos que ameaçavam seu monopólio econômico: “[...] a extração da borracha contribuía para criar uma população relativamente autônoma de produtores semi-independentes, não sujeitos diretamente a qualquer forma de controle ou coerção pelos membros da elite tradicional” (WEINSTEIN, 1993, p. 60). Assim, ascende e consolida-se o “coronel da borracha” como uma das figuras principais do campo do poder.

Porém, não foi apenas no campo econômico que o emergente “coronel” encontrou resistências: foi preciso ainda adentrar a esfera burocrática do funcionalismo público para, de um lado, minar de vez os interesses dos antigos proprietários e, de outro, assegurar seus próprios interesses, devidamente representados na máquina governamental. Os filhos dos coronéis foram fundamentais nesse movimento, assumindo postos no aparelho administrativo. Como afirma a historiadora Maria de Nazaré Sarges:

Os ‘modernos’ extrativistas (seringalistas), preocupados em substituir a tradicional burocracia administrativa, com a formação de uma “elite de doutores” coesa, que se colocasse à frente dos negócios públicos (entenda-se também de seus negócios) e da construção do poder de um Estado

Republicano nascente, procuram mandar seus filhos estudar na Europa (SARGES, 2010, p. 111).

Essa elite de doutores, formada na Europa e umbilicalmente ligada à nova elite econômica como seu braço dentro do aparelho político do Estado, será importante elemento na constituição do campo cultural paraense na segunda metade do século XIX: o gosto cosmopolita haurido nos centros europeus se refletirá muito claramente na intensa importação de modelos e produtos culturais oriundos da Europa e do centro do país: “Para seu entretenimento, mandavam buscar companhias artísticas na França, em Portugal e Rio de Janeiro, as quais fizeram época no Theatro da Paz” (SARGES, 2010, p. 113).

Neste cenário, a vida literária também dá mostras desse cosmopolitismo cultural das elites borracheiras, tendo em vista a presença da imprensa no cotidiano da cidade e sua significativa interferência na vida cultural, pela veiculação dos romances-folhetins nas páginas dos maiores jornais do estado, como também os anúncios de livreiros estabelecidos na cidade, dados que registram um cenário com a presença de leitura e leitores interessados em prosa de ficção<sup>1</sup>. A presença da coluna folhetim nos jornais diários e a concorrência do mercado livreiro apontam para uma consolidação da sociedade leitora e afinada com os temas literários comuns no país. Mas quem experimentava esta partilha cultural?

Pode-se inferir que estávamos diante de um campo cultural subordinado à elite econômica, cujos membros advêm diretamente da classe dominante e que é caracterizado por um gosto cosmopolita que valoriza os produtos culturais da Europa ou da Corte, como símbolos de seu próprio poder econômico. Porém, o cosmopolitismo que fez de Belém uma pequena “cidade das luzes” incrustada na selva guardava um lado sombrio, especialmente para os produtores culturais locais, os quais foram desvalorizados junto à elite, que tradicionalmente funcionara de suporte à produção intelectual e artística. A Mina Literária apresenta-se, assim, como a formulação coletiva de um grupo de produtores marginalizados pela própria **Belle Époque**, o qual experimentou as vicissitudes do processo de separação entre os campos econômico, político e cultural/artístico que se processou naquele momento de modo mais intenso.

A Mina Literária surge de um projeto do poeta Natividade Lima<sup>2</sup>, apoiado, em sua fundação, por um grupo de intelectuais, dentre os quais se destacavam as figuras de Eustachio de Azevedo<sup>3</sup> e Paulino de Brito. Theodoro Rodrigues<sup>4</sup>, em texto veiculado pelo periódico *A Revista*, em 1898, informou:

A 2 de Dezembro de [18]94 fundou-se nesta cidade a *Mina Literária*, destinada exclusivamente à propagação das Letras na Amazônia. A idéia da fundação devemos-la a Natividade Lima, um delicioso e elegantíssimo poeta, morto a 8 de Junho de 1897, com 24 anos, adorável pelo espírito e grande pela robustez do talento (REGO, 1997, p. 57).

Theodoro Rodrigues mostra ainda, em seu pequeno texto, que a Mina Literária, além de impulsionar a produção local, tinha como intuito alinhá-la à produção de centros nacionais e estrangeiros, notadamente os europeus e, dentre estes, Portugal e França. Note-se, a partir da vontade de nivelar os produtores locais com os centros de prestígio, tomados como modelos de valor artístico e cultural, o fundamento elitista da avaliação dos mineiros (assim se chamavam os membros da agremiação) acerca do campo cultural. Não se deve deixar de ter presente, portanto, que os mineiros são membros da elite e têm em mente um modelo eurocêntrico de cultura, civilização e arte. O que se deve ressaltar, no entanto, é que eles ocupam uma posição particular dentro dessa mesma elite, o que explicitaremos quando tratarmos, mais adiante, do divórcio hostil que se deu, à época, entre política e literatura.

Conseguindo reunir em seu seio todos os homens de letras do Pará, a *Mina Literária* é o núcleo do movimento mental do extremo norte. Dia a dia vai-se desenvolvendo o nosso amor às letras; dia a dia vamos ficando mais em contato com o movimento espiritual da Europa, notadamente de França e Portugal.

[...]

Como que estamos em uma época de renascença e assim vamos na conquista definitiva de nosso posto na literatura nacional, elevando-nos espiritualmente à altura de um povo que tenha ação e vida para o julgamento da História (REGO, 1997, p. 58).

O termo “renascença”, empregado por Rodrigues, relaciona-se ao contexto anterior de produção intelectual na capital do estado, nos anos de 1870/1880, intensamente movimentado pelas agitações políticas e pelos debates acerca da República em vias de ser instaurada e pela discussão em torno do fim da escravidão. Nesse **ethos** cultural, do qual os intelectuais paraenses não se esquivaram, a criação literária, atrelada ao campo

político, ver-se-ia como importante propagadora de ideais sociais, sendo intensamente cultivados o jornalismo e a literatura – praticamente indissociáveis na época.

Nesse contexto, tanto o movimento republicano quanto o abolicionista forneceram temáticas para a propagação das Letras [...] posto que nessa época foram publicados variados gêneros literários em jornais e revistas. As publicações iam desde poemas, contos, ensaios, até crônicas e romances, o que caracterizava a imprensa como forte veículo de divulgação de obras crítica e ficcional dos escritores envolvidos nesta edificação intelectual (SOUZA, SILVA; SALES, NOBRE, 2007, p. 113).

Eustachio de Azevedo, principal porta-voz da Mina Literária, avalia nesses anos passados um momento de excepcional efervescência da produção intelectual local, movimentada pelo embate de ideais:

Surgiu então o período áureo da propaganda abolicionista, em que todas as províncias, de norte a sul, se inflamavam de ardor patriótico, de sentimentos altruísticos, em prol da extinção da escravatura.

No Pará, a mocidade das escolas, as associações maçônicas, poetas e jornalistas, batiam-se com a palavra e a pena, pelos jornais e nas praças públicas, promovendo a quermesse e comícios populares, no quais cada patriota era um orador fluente ou um poeta inspiradíssimo. [...].

O movimento abolicionista bastante concorreu, entre nós, para o cultivo das letras; publicavam-se poematos, idealizavam-se contos, arquitetavam-se romances, sendo o *pivot* em que giravam a propaganda contra o escravismo (REGO, 1997, p. 20-22).

No entanto, o escritor nota que a produção literária acompanhou o arrefecimento dos debates políticos, levando as letras locais a conhecer o que seria um longo período de baixa atividade.

Tudo, porém, arrefece com o tempo e esse movimento cessou. [...] a inação de novo apoderou-se de nossos espíritos, adormecendo-os...

E desta vez foi longo o letargo, durou cinco anos! Parecia que o Pará tinha morrido intelectualmente. A não ser uma ou outra poesia, um ou outro conto literário, que surgiam pelas gazetas, esporadicamente, nada mais se fazia. Era uma tristeza, era um desconsolo isso (REGO, 1997, p. 22-23).

O “letargo” das letras, de que se queixa Eustachio de Azevedo, coincide, paradoxalmente, com o período áureo da atividade borracheira na região: os anos de

1880 e parte dos 90 teriam sido, segundo o escritor, de um profundo desfalecimento da produção literária local. O diagnóstico de “arrefecimento” mostra-se ainda mais sugestivo quando se tem em mente que a cultura letrada no Pará oitocentista dispunha de uma considerável organização, com um mercado livreiro ativo e várias casas tipográficas, que viera se desenvolvendo desde a década de 1850. Nobre, estudando as estratégias de publicidade dos anúncios de livros veiculados pela imprensa periódica belenense a partir dos anos 50 do século XIX, atesta que o desenvolvimento das estratégias de venda e a exigência de qualidade na impressão das tipografias insinuam um acirramento da concorrência entre os livreiros e casas tipográficas, o que, por sua vez, permite entrever o desenvolvimento do mercado livreiro: “Em síntese, percebe-se que começou a se compor um mercado cultural em torno do produto livro e, nesse sentido, todo tipo de estratégia parecia ser válida para chamar a atenção do público consumidor” (NOBRE, 2009, p. 65).

Logo, a prosperidade econômica não se convertera em prosperidade cultural, pelo menos para os intelectuais da Mina, o que realça o descompasso entre esses produtores locais e o grupo economicamente dominante: este, caracterizado em seu gosto cultural por um pendor cosmopolita que sustentava uma estrutura luxuosa para produtos e produtores internacionais ou da Corte, não fornecia subsídios materiais para o grupo de produtores locais.

A literatura amazônica, a paraense propriamente dita, tem tido várias fases, de efervescente animação umas e de verdadeiros desfalecimentos outras, que nos fazem pensar na nossa índole de provincianos doentios, propensos à indolência, incapazes de reagir contra a indiferença da burguesia opulenta e farta, causas primiciais do traumatismo intermitente que ataca fundo, em terríveis lapsos, as pobres letras indígenas (REGO, 1997, p. 19).

Compreende-se a queixa de Eustachio contra a indiferença da burguesia, cuja face estaria voltada para o além-mar, dedicando, assim, às “pobres letras indígenas” apenas a ignorância e o abandono. Em texto intitulado “Letras e Artes”, de 1911, o escritor daria a ver muito claramente a hostilidade entre o artista e o burguês e como o primeiro fora afastado de vez das práticas políticas:

[...] aqui só se vive de política e só se cuida em borracha.  
Para o burguês, apatacado e iletrado, mas que muito pode, o literato é um vadio, indigno da sua proteção, um animal que não serve para o trabalho

honrado; o artista é outro malandro de força, sem propensão *pro comércio*, um tipo que acabará mal com a sua mania de pintar momos, ou de *tocar música*...

Para o político do norte, isto de literatura e belas artes é também luxo dispensável; basta, para ser gente, ter um título de eleitor e comparecer às urnas nos pleitos eleitorais. Que diabo! Ser cidadão, no gozo de seus direitos sociais e políticos, já é alguma coisa! Para que mais? (AZEVEDO, 1913, p. 257).

Considerando que, até os anos de 1870/1880, o letrado se situava no campo indeterminado da literatura e da política, tendo sua prática funcionalizada pelos projetos políticos (ilustração da sociedade, defesa da República, execração do escravismo, enfim, temáticas que se deixam entrever no próprio depoimento de Eustachio de Azevedo, sobre a “fase rútila” da prática literária paraense), a cisma e a hostilidade que se apresentam entre as duas esferas acarretarão consequências profundas para os artistas. Sendo membros da elite, como dito mais acima, os mineiros, todavia, viram-se expulsos, na condição de artistas sem função, da prática política, destituídos, portanto, de sua legitimidade enquanto membros daquela elite e intelectuais.

Júlio Ramos (2005), analisando as relações entre literatura e política no século XIX, afirma que a literatura latino-americana manteve-se, até meados do século XIX, atrelada aos projetos de modernização social, de matriz europeia, que pretendiam, de modo geral, superar a “barbárie” autóctone e desenvolver a “civilização” nas terras americanas. No entanto, conforme as esferas econômicas, políticas e culturais passavam pelo processo de racionalização e especialização, a literatura foi perdendo cada vez mais sua função civilizatória junto àqueles projetos, vendo-se pressionada a se autonomizar sem, entretanto, desfrutar das condições culturais e materiais para tal (público leitor, mercado editorial), o que teria instaurado uma crise de representação do campo literário em fins do século XIX, com autores e intelectuais buscando discursos de legitimação para o fazer artístico.

Retornando à apreciação do campo literário e da situação da Mina Literária dentro dele, o que se pode afirmar é que, ao desatrelarem-se das práticas políticas que até então funcionalizavam a literatura, os produtores locais encontraram-se diante da possibilidade aberta de autonomizar seu campo e de se especializarem (assim como o político e o econômico se especializavam buscando a eficiência comercial), como se

entrevê na seguinte afirmação do escritor paraense: “A política, no Pará, matou a literatura e esta agora só vive de seus louros conquistados” (AZEVEDO, 1913, p. 259). Dá-se, assim, a “despolitização” do intelectual, uma das características da intelectualidade moderna:

Com efeito, como notava Hauser, a categoria de “intelectualidade”, conceito geralmente ligado à literatura, surge em meados do século [XIX] na Europa, como resultado da *despolitização* de uma fração da burguesia, até esse momento ligada às instituições da publicidade “liberal”, em cujo interior havia operado as letras (RAMOS, 2005, p. 84).

Ressaltemos que a noção de “despolitização” deve ser compreendida aqui principalmente nos termos do divórcio entre a figura do escritor e a do político, os quais, até então, se confundiam, não havendo uma dissociação entre a prática literária e o exercício da política. O que Julio Ramos (2005) observa, e o que queremos ressaltar em nossa própria observação acerca da situação vivenciada por Eustachio de Azevedo e a Mina Literária, é o momento de transição de uma dinâmica em que a literatura é funcionalizada pela política, atuando no “projeto civilizatório” empreendido por esta, para um contexto no qual aqueles que exercem a literatura já não encontram a legitimação de sua prática dentro de um aparato ou de um projeto político, mas demandam a legalidade de sua existência social a partir da própria prática literária: o escritor deve afirmar sua presença e valor independentemente de qualquer prestígio, nome ou partido políticos<sup>5</sup>.

A própria produção de Eustachio de Azevedo dá indícios da vontade de legitimar um espaço específico da produção literária paraense<sup>6</sup>: dentre poemas, contos e crônicas, o escritor se dedicou a uma historiografia literária da região, a sua *Literatura paraense*, e a uma antologia com a produção dos poetas paraenses, a *Anthologia amazônica*, cuja primeira edição é de 1904. No prólogo da sua *Anthologia*, discutindo o desconhecimento da literatura produzida no norte pelo resto do país<sup>7</sup>, o autor diz: “A literatura brasileira está no Rio de Janeiro, eis tudo. Pois bem, tratemos de nós, mostremos que nesta nesga da pátria onde o Equador escalda e o Amazonas rebrame, há uma plêiade de poetas, distintos e inspirados, digna de acatamento e veneração.” (AZEVEDO, 1904, p. 11). Na introdução de sua história literária, em que retoma a discussão acerca do desconhecimento da produção literária nortista, ele diagnostica:

O defeito, portanto, é nosso... Vem da nenhuma divulgação de nossas letras; da tradicional idolência [sic] provinciana; do nosso retraimento inato à expansão de nosso mérito próprio e, também, com verdade maior, da falta de recursos de nossos intelectuais, ricos de espírito, porém pobres de pecúnia para a publicação e expansão de seus livros (AZEVEDO, 1990, p. 11).

Nesses dois textos é patente a crítica à supervalorização dos produtos culturais oriundos das regiões centrais e à pouca valorização que se dispensava aos escritores locais, o que se pretende contornar ao demonstrar-se que a produção local, a “plêiade” dos poetas nortistas, é tão digna quanto a daqueles centros. No segundo excerto, o autor mostra-se particularmente sensível às dificuldades materiais de institucionalização da literatura com que os literatos deparavam: o acesso restrito à publicação e circulação das obras, dificuldades essas ligadas ao modo de organização da atividade econômica de exploração e comércio do látex.

A falta de estrutura e de condições materiais para a prática cultural que os mineiros vieram a perceber, e que obstavam a institucionalização de sua prática, relaciona-se de modo muito sugestivo com uma característica da dinâmica de extração da borracha. Para Barbara Weinstein, a atividade de exploração na região amazônica rendeu enormes lucros para aqueles que a ela se lançaram, mas não se converteu em investimentos estruturais sólidos para a região (no que se diferenciaria, segundo a autora, da exploração do café em São Paulo, a qual transformou a cidade, de exportadora de gêneros agrícolas, em centro industrial do país). A estudiosa afirma:

A prosperidade promovida pelo negócio na região mostrou-se efêmera e superficial. Os teatros de ópera mundialmente famosos, as mansões suntuosas e as extravagâncias de legendários nababos criaram para a região uma deslumbrante fachada, por detrás da qual, porém, havia um sistema de produção e uma rede de trocas que pouco diferiam das estruturas sócio-econômicas características do período colonial [...] (WEINSTEIN, 1993, p. 16).

Interpretando o campo cultural à luz dessa característica da atividade econômica, poder-se-ia afirmar que, por detrás da fachada cultural cosmopolita, de grandes espetáculos e artistas de renome internacional, de romances franceses e portugueses, os intelectuais locais experimentaram a falta de estruturas concretas que sustentassem sua produção.

De modo que tanto a sobreposição de uma complexa e moderna estrutura comercial exportadora a modos arcaicos de exploração, quanto a sobreposição de uma cultura europeizada das elites aos produtores locais, relegados à indigência, podem ser lidas segundo o conceito de “modernização desigual” apresentado por Julio Ramos (2005): o desencontro entre os modelos importados de modernização econômica e social e as condições culturais dos locais de implantação desses modelos.

Desse modo, o que ocorre, em solo paraense, é o desencontro entre os interesses da elite e do Estado, que trabalham para a eficiência de sua atividade comercial, e os dos produtores artísticos locais, que se veem pressionados a se legitimarem a partir de si mesmos. No entanto, os intelectuais viam-se impossibilitados de fundamentar sua prática em si mesma, pois, desvinculados da burguesia cosmopolita abastada, não encontravam modo de garantir a continuidade da produção pela circulação de suas obras e pelo consumo destas por um público leitor (condições básicas da institucionalização da literatura):

Por mais contraditório e “marginal” que efetivamente fosse, é evidente que o discurso literário na Europa teve, entre outras coisas, vários suportes institucionais, especialmente na educação e no mercado editorial. Na América Latina, esse desenvolvimento foi bastante desigual, limitando a vontade autônoma e promovendo a dependência da literatura de outras instituições (RAMOS, 2005, p. 98).

Os grupos literários encontram um modo de organização que, de certa maneira, responde às condições adversas com as quais se deparam: as agremiações, constantes na vida cultural da capital até metade do século XX, podem ser compreendidas como uma manobra para contornar a situação dos produtores, uma vez que, por meio delas, eles organizavam para si saraus e eventos em que divulgavam as próprias obras com o intuito de ganhar visibilidade. A utilização constante de periódicos (próprios da agremiação ou não, mas que funcionavam sempre como núcleo aglutinador do grupo) como veículos de divulgação e publicação também pode ser encarada segundo esse viés, como estratégia para romper a indiferença da classe dominante<sup>8</sup> e tentar criar um público leitor, já que aqueles que poderiam constituir tal público consumiam, de preferência, os produtos culturais importados.

Desatrelada dos interesses imediatos da economia e da política, voltados para a organização e eficiência do comércio da borracha, a literatura paraense viu-se, em fins do século XIX, “desfuncionalizada” e, portanto, obrigada a empreender sua legitimação a partir de si mesma, ou seja, enquanto prática autônoma. Todavia, com a face voltada para o exterior, tanto comercialmente quanto culturalmente, a elite e o Estado não forneciam elementos necessários à subsistência das práticas artísticas e literárias, bem como não valorizavam os produtores autóctones, desmerecidos diante dos produtos advindos dos centros nacionais e europeus: faltava aos produtores os elementos básicos da institucionalização de sua prática – condições de publicação e circulação de suas obras e um público que consumisse essas obras. Os artistas e intelectuais da “Mina Literária”, com seu porta-voz em Eustachio de Azevedo, depararam justamente com essa situação problemática, a um só tempo emancipadora e limitadora: se, por um lado, puderam reivindicar para a literatura um valor imanente e o reconhecimento da produção local, por outro enfrentaram grandes obstáculos que tendiam a desestimular essa mesma produção, levando escritores ou a migrarem para outras regiões ou a abandonarem de vez a carreira literária em favor da estabilidade de outras profissões<sup>9</sup>. Obstáculos que emergem no século XIX, mas que adentram o século XX e que se insinuam ainda em nosso presente.

## Referências:

- AZEVEDO, J. Eustachio. *Vindimas*. Porto: Companhia Portuguesa, 1913.
- AZEVEDO, J. *Anthologia amazônica: poetas paraenses*. Belém: Pinto Barbosa, 1903. Disponível em: <<http://www.internetarchive.org>> Acesso em: 27 jan. 2012.
- AZEVEDO, J. *Literatura paraense*. 3. ed. Belém: Secult, 1990.
- BLAKE, Nigel; FRASCINA, Francis. As práticas modernas da arte e da modernidade. In: FRASCINA, Francis et alii. *Modernidade e modernismo: a pintura francesa no século XIX*. São Paulo: Cosac & Naify, 1998. p. 50-140.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia dos bens simbólicos*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MENEZES, Bruno de. À margem do “Cuia-pitinga”: livro centralizador de um movimento literário. In: \_\_\_\_\_. *Obras completas (Folclore)*. Belém: Secretaria Estadual de Cultura, 1993. v. 2.

NOBRE, Izenete Garcia. *Leituras a vapor: a cultura letrada na Belém oitocentista*. Dissertação (Mestrado [em Letras]) – Instituto de Letras e Comunicação da Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

NOBRE, Izenete Garcia; SALES, Germana Maria de Araújo; SILVA, Thacyana do Socorro Souza e. Mina Literária e Padaria Espiritual: movimentos literários oitocentistas. *DLCV*, João Pessoa, v. 5, n. 1-2, 2007. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/dclv/article/view/7505/4571>> Acesso em: 17 jul. 2011.

RAMOS, Julio. *Desencontros da modernidade na América Latina: literatura e política no século XIX*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

REGO, Clóvis Moraes. *A Mina na literatura nortista de Eustachio de Azevedo e n’ “O Pará Literário” de Theodoro Rodrigues*. Belém: UFPA, 1997.

SANTOS, Edimara Ferreira. *Dumas, Montépin e Du Terrail: a circulação dos romances-folhetins franceses no Pará nos anos de 1871 a 1880*. Dissertação (Mestrado [em Letras]) – Instituto de Letras e Comunicação da Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)*. 3. ed. Belém: Paka-tatu, 2010.

TÁVORA, Franklin. *O Cabeleira*. São Paulo: Três, 1973.

WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec, 1993.

ZOLA, Émile. “Eu Acuso!”. *Revista O Marrare*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 205-217, 2010.

Recebido em 31/03/2012  
Aprovado em 06/07/2012

---

<sup>1</sup> O estudo de Edimara Santos (2011) sobre o romance-folhetim no século XIX paraense dá uma ideia clara da presença da cultura europeia, em especial de origem francesa e portuguesa, e da carioca, junto ao público leitor dos periódicos belenenses de então. Santos chama atenção para a presença de autores franceses no espaço dedicado ao folhetim em diversos jornais do Pará: “No caso do estado do Pará, a presença de autores franceses foi marcante, pois nos jornais paraenses ocorreu certa assiduidade dos romances-folhetins de Alexandre Dumas pai, Ponson du Terrail e Xavier de Montépin” (SANTOS, 2011, p. 36).

<sup>2</sup> Natividade Lima (1871-1897) foi poeta, mas não chegou a publicar nenhum livro enquanto vivo, tendo falecido bastante jovem. Sua obra encontra-se esparsa na imprensa local.

---

<sup>3</sup> J. Eustachio de Azevedo (1867-1943) exerceu sua escrita em vários gêneros, como a poesia, a crônica, a crítica literária. Membro fundador da “Mina Literária”, adotou, na agremiação, o pseudônimo Muriato. Em sua atividade literária fora da agremiação assinava como Jacques Rola.

<sup>4</sup> Theodoro Rodrigues (1874-?) foi professor, poeta e jornalista.

<sup>5</sup> Ao falarmos da “despolitização” de certa fração da intelectualidade, não afirmamos tão simplesmente a intenção dessa intelectualidade de manter-se neutra ou alheia ao mundo social. A boemia, por exemplo, apresenta no próprio gesto de se por à margem da sociedade uma crítica aos modos de vida dessa sociedade: “[...] ser ‘boêmio’ tornou-se um modo de olhar o mundo; indicava protesto, independência ou indiferença em relação às convenções sociais” (BLAKE; FRASCINA, 1998, p. 50). Em um exemplo mais contundente dessa dinâmica, podemos afirmar que a declaração de Zola em seu *Eu acuso!*, publicada em 1898 por conta do famoso caso Dreyfus, foi possível em grande parte por conta do desligamento entre o intelectual e o aparelho político oficial, o que permitiu ao letrado apresentar sua posição crítica e denunciadora de modo independente, seguindo apenas uma obrigação moral e a voz da própria consciência: “Tenho o dever de falar, eu não quero ser cúmplice. Minhas noites seriam assombradas pelo espectro de um inocente que sofre no além-mar, mergulhado na mais dolorosa tortura, por um crime que ele não cometeu” (ZOLA, 2010, p. 205). No caso aqui estudado, podemos ver que a posição de Eustachio de Azevedo, como nos mostram os excertos apresentados neste artigo, ao buscar a valorização da cultura literária e artística local, resulta também em agudas críticas à vida política e cultural da sociedade belenense da **Belle Époque**.

<sup>6</sup> Há, anteriormente às obras em questão de Eustachio de Azevedo, a antologia projetada por Paulino de Brito (1858-1919) e Sousa Filho (1836-?) para ser publicada em fascículos, intitulada *Lira amazônica*. O projeto, porém, foi sustado no terceiro fascículo. O próprio Eustachio traz, em sua *Anthologia amazônica*, notícia do projeto e da reivindicação, ali presente, de valorização da “literatura nortista”: “As duas palavras com que [Sousa Filho] abre o 1º fascículo são um brado patriótico em prol dos poetas do norte, tão mal compreendidos ainda. São conceitos seus: ‘Já possuímos alguns nomes nas letras, que podemos com orgulho apresentar à consideração do país e do estrangeiro [...]’” (AZEVEDO, 1904, p. 9). No entanto, cremos que Eustachio de Azevedo e a Mina Literária mostram o esforço mais sistemático na tarefa que se propõem, a de legitimar a produção literária nortista a partir de si mesma, como modo de responder ao processo de autonomização por que passava a literatura paraense em fins do século XIX.

<sup>7</sup> A discussão acerca do valor e do reconhecimento da “literatura do norte”, que remonta ao romantismo e ao famoso prefácio de Franklin Távora para seu romance *O Cabeleira*, lançado em 1876, é uma constante em vários textos de Eustachio de Azevedo. Entretanto, mais que elogio das belezas naturais ou afirmação da importância da cultura regional, é preciso ter em vista que a retomada do tema, pelos intelectuais paraenses se reveste do valor de uma estratégia de legitimação e delimitação espacial do campo literário, dentro do processo de especialização e autonomização deste.

<sup>8</sup> Atente-se para a recorrência dessa estratégia na vida literária paraense. Na década de 20, o poeta, romancista e folclorista Bruno de Menezes organizará o grupo chamado **Vândalos do Apocalipse**, arrematado na revista *Belém Nova*; na década de 30, com a *Belém Nova* já fechada, tem-se a *Terra Imatura*, dos irmãos Cléo Bernardo e Sylvio Braga; nos anos de 1940, a principal publicação cultural que surge em Belém é o suplemento literário do jornal *Folha do Norte*, o *Arte Literatura*, idealizado pelo grupo do escritor Haroldo Maranhão, do qual participam nomes como o do poeta Max Martins e do então poeta, mas futuro crítico e filósofo, Benedito Nunes. Todos esses grupos, apesar das diferenças de concepções estéticas, se percebem unidos em torno do esforço comum de impulsionar a produção dos intelectuais e artistas locais e de travar contato com a produção realizada em outros centros país afora – intenções semelhantes às propostas dos membros da Mina Literária.

---

<sup>9</sup> Neste sentido, o testemunho de Bruno de Menezes (1993), presente em “À margem do cuia-pitinga”, é um vivo quadro da situação por que passavam os intelectuais paraenses na década de 20/30. O poeta faz uma relação de vários nomes que abandonaram a escrita literária ou que, para continuarem com ela, tiveram de abandonar a região, em direção aos centros urbanos do país